

VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política

Coligações municipais nos 26 estados brasileiros: um estudo comparado das alianças de PT e PSDB em 2012

Carlos Augusto Mello Machado (Universidade de Brasília)

carlos.machad.unb@gmail.com

Maiara Totti Zaupa (Universidade de Brasília)

Área temática: III. Comportamento Político

Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP).

Pontificia Universidad Católica del Perú

Lima, 22 al 24 de julio de 2015.

Coligações municipais nos 26 estados brasileiros: um estudo comparado das alianças de PT e PSDB em 2012

Carlos Augusto Mello Machado
Maiara Totti Zaupa

A estratégia eleitoral em sistemas multipartidários implica na necessidade de líderes partidários lidarem com um complexo cenário competitivo decorrente dos desafios ambientais (Panebianco, 1982) decorrente da multiplicidade de atores significativos. Quando há possibilidade de formalizar coligações eleitorais (*pre-electoral coalitions*) soma-se a centralidade que as mesmas podem ter na definição de sucesso eleitoral entre os partidos.

Mundialmente a discussão sobre o tema busca compreender os motivos para partidos participarem deste tipo de união (Golder, 2006), sendo possível evidenciar a possibilidade de sinalizar aos eleitores o possível direcionamento na conformação de coalizões parlamentares como um fator central em diversos países (Tillman, 2013). O caso brasileiro se singulariza pois desde a década de 1940 a legislação apresenta claros incentivos à formação de alianças eleitorais¹. Existem incentivos para a realização de coligações tanto para cargos executivos como legislativos, inclusive com certo grau de sinergia nas alianças para um mesmo nível da disputa eleitoral.

Apesar do arcabouço legal sobre partidos políticos no Brasil orientar que estes devem se organizar a partir de critérios nacionais, já é abrangente a literatura que atesta a existência de dinâmica político-partidária com variações estaduais (p. ex. Lima Jr., 1983). O sistema partidário nacional não serve como modelo para a compreensão das interações partidárias subnacionais. Não é de se estranhar que um aliado de longa data nacionalmente apresente-se como adversário em um determinado estado. Cada posicionamento estadual de um partido em relação aos demais se refere a uma racionalidade conjuntural, não sendo necessariamente orientada por critérios ideológicos ou mesmo pragmáticos em relação ao posicionamento frente ao governo federal. Colocadas estas preocupações, pode-se indagar se o posicionamento político mobilizado nas cúpulas estaduais e nacionais dos partidos afeta a definição de alianças municipais.

No entanto, para compreender adequadamente em que medida a dinâmica estadual condiciona as decisões políticas locais há um enorme desafio ao se considerar a quantidade de partidos políticos registrados e que efetivamente concorrem eleitoralmente no Brasil. Equacionar todas as interações partidárias pode nublar a compreensão efetiva sobre como são construídas alianças eleitorais. Desta forma, sugere-se a adoção de uma simplificação: a avaliação dos padrões de coligações municipais apenas para os principais partidos a capitanearem a condução do processo eleitoral para o Executivo Federal. Isso permite avaliar de forma mais específica em que medida estar em cada polo da disputa política federal afeta a construção de acordos políticos no restante do país.

Desde as eleições de 1994 o corte na disputa presidencial tem sido traçado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). É possível identificar padrões distintos na costura de alianças eleitorais por ambos os

¹ Entre 1945 e 2015, apenas o período de duração da Ditadura Militar entre 1964 e 1986 haverá proibição do uso deste tipo de instrumento.

partidos? Para tratar esta questão serão abordadas todas as alianças mobilizadas por estes partidos nas eleições municipais de 2012. À época o PT ocupava a presidência da república, cabendo a posição de principal articulador da oposição ao PSDB durante o mesmo período. Tendo em vista a existência de mais de 5 mil municípios brasileiros, torna-se necessária a utilização de um indicador para sintetizar essa diversidade de cenários, a qual será tratado por meio de indicadores elaborados em outros estudos para averiguar a concentração de partidos a partir de três recortes distintos: ideologia partidária (IVI), governismo federal (IGF) e governismo estadual (IGE). A partir da obtenção destes valores será realizada a comparação entre PT e PSDB, observando a variação destes indicadores por estado. Este procedimento permitirá caracterizar se é possível verificar um padrão de comportamento nacional por estes partidos ou se as particularidades dos sistemas políticos estaduais afetam os pactos eleitorais.

Estratégias eleitorais e coligações no Brasil

O estímulo para participação em coligações é perceptível de formas mais diretas nas eleições para órgãos legislativos (com a exceção das disputas para o Senado). Deputados federais, estaduais e vereadores são eleitos seguindo os mesmos procedimentos. O sistema de representação proporcional brasileiro opera através de uma lista aberta. Partidos apresentam aos eleitores os seus candidatos sem haver uma definição formal² de preferência pré-atribuída entre os mesmos. Com isso cabe ao eleitor votar diretamente em um dos candidatos apresentados ou na legenda de um partido.

A conversão de votos em cadeiras baseia-se no cálculo de quociente eleitoral segundo a fórmula D'Hondt, na qual são somados todos os votos válidos³ na circunscrição eleitoral e em seguida este valor é dividido pela magnitude do distrito – o número de cadeiras em disputa. Para a definição de quantas cadeiras restarão a cada partido⁴ é calculado o valor do quociente partidário, obtido através da divisão do total de votos recebidos por partido pelo valor do quociente eleitoral. Como é característico de métodos de quociente, é necessário lidar com as sobras desta divisão, sendo utilizado o método das maiores sobras, porém com uma modificação, pois ao número de cadeiras obtidas pelos partidos é somada uma unidade, de forma que a comparação entre a densidade eleitoral dos partidos se dá através do número de votos recebidos pelo partido dividido pelo número de cadeiras até então recebidas mais um. Será atribuída uma nova cadeira, dentre aquelas restantes a se distribuir, ao partido a apresentar maior valor após esta divisão, sendo que ao obter uma nova cadeira o valor referente a um partido deve ser atualizado tendo em vista a adição de uma nova cadeira.

Por fim, após definidas quantas vagas cabem a cada partido, visualiza-se a lista de candidatos ordenada pela quantidade de votos atribuídas entre os mesmos, sendo eleitos os candidatos que receberam a maior quantidade de votos nominais até o preenchimento de todas as vagas destinadas ao partido.

² Não quer dizer que não exista uma preferência possível de ser observada quando se nota a distribuição desigual de recursos partidários entre os candidatos, sendo o tempo de participação no Horário Gratuito Político Eleitoral um desses elementos.

³ Desde 1997 são considerados votos válidos apenas aqueles atribuídos a candidatos ou legendas partidárias, portanto votos brancos e nulos são excluídos da composição do quociente eleitoral.

⁴ Apesar de ser recorrente a afirmação de que eleitoralmente os partidos políticos seriam irrelevantes a partir das regras do sistema eleitoral brasileiro é importante observar que na distribuição de cadeiras evidencia-se a relevância de pertencer a um partido político de maior expressividade eleitoral.

Colocadas estas regras resta indicar a especificidade do sistema brasileiro em relação às coligações. Partidos que não ultrapassem o valor do quociente eleitoral não podem participar da distribuição das sobras⁵ decorrentes dos restos não atribuídos através da definição dos quocientes partidários. Partidos de pequeno porte, incapazes de obter o valor mínimo do quociente eleitoral não teriam acesso a representação política, portanto. Entretanto, os partidos podem formar coligações para disputar eleições legislativas e nestes casos são tratados, de acordo com a legislação eleitoral brasileira, como se fossem um mesmo partido. Desta forma, a votação de partidos é combinada – seja os votos em legenda ou aqueles atribuídos nominalmente a seus candidatos – sendo o quociente partidário definido para a coligação como um todo, ou seja, partidos que isoladamente não obteriam o valor necessário à destinação de cadeiras passam a participar desta distribuição, caso participem de uma coligação que ultrapasse o valor do quociente eleitoral. Mas a possibilidade de partidos de menor porte elegerem seus candidatos está no último elemento a ser considerado. Uma vez que os partidos em coligação são entendidos como um mesmo partido, o efeito da lista aberta na definição de quais candidatos específicos irão ocupar as cadeiras obtidas pela coligação não diferencia o partido, serão eleitos aqueles que obtiverem a maior votação nominal, independente de qual partido estão filiados.

No entanto, partidos com histórico de expressividade eleitoral a ponto de que alcançar o quociente eleitoral não seria um desafio, não teriam incentivos a dividir seus ganhos eleitorais com partidos de menor porte. Neste caso a explicação para a participação em coligações ao legislativo reside na disputa majoritária para cargos executivos. Os partidos historicamente com maior expressividade de apoio eleitoral no nível de disputa podem ser considerados como competidores natos. Contudo, são raras as vezes em que um partido isoladamente assegura apoio eleitoral suficiente sem depender do apoio e outros partidos. Desta forma, atrair aliados para a disputa de cargos executivos é central na preparação para esse tipo de disputa. Por um lado, os partidos de pequeno porte possuem a sua disposição recursos que podem se somar àqueles dos partidos de maior porte. O tempo de exposição no Horário Gratuito Político Eleitoral (seja no rádio ou na televisão) atribuído pela norma eleitoral para partidos de menor porte será somado àquele disponível ao candidato a cargo executivo que esteja coligado com o primeiro. Para além disso a adesão de um partido a candidatura de outro partido a um candidato ao executivo não trata simplesmente de aumento no acesso a recursos do segundo, mas também evita que o primeiro mobilize seus recursos para apoiar um possível adversário do segundo.

Coligações, federalismo, multipartidarismo e posicionamento político

Deve-se ressaltar que a combinação entre a organização política do estado brasileiro em um formato federativo; com a existência de dinâmicas políticas desvinculadas entre nível federal, estadual e municipal; com as regras anteriormente detalhadas estimula o elevado número de partidos que conseguem obter representação política no Brasil.

⁵ É importante notar que do ponto de vista lógico do método empregado $(\frac{v}{k+1})$ não haveria, matematicamente, uma justificativa para excluir partidos que não lograssem ao menos uma cadeira através do quociente partidário, pois o valor para comparação de densidade eleitoral seria a princípio a totalidade de votos atribuídos ao partido.

Pode-se configurar a experiência política brasileira como resultado de uma estrutura baseada em sistemas partidários subnacionais (Lima Jr., 1983), pois há uma diversidade quanto ao número de partidos existentes em cada estado e a proporção de votos recebidos por cada partido. Por um lado, um partido político forte nacionalmente pode ter uma entrada reduzida em um determinado estado. Ao mesmo tempo a condição específica de cada estado pode representar um desafio ambiental⁶ ao mesmo a ponto de tornar-se um partido cuja relação nacionalmente é percebida como conflituosa em um aliado regional devido à disposição de forças entre os partidos organizados e relevantes naquele contexto.

A definição de aliados para a disputa eleitoral possui um efeito estruturante na chance de obtenção de representantes político para um partido, seja na condição de partido de grande ou pequeno porte. Neste sentido o multipartidarismo extremado no Brasil torna a avaliação das coligações um verdadeiro desafio, o qual torna-se ainda mais intenso ao se considerar a avaliação quanto à prática de coligações nos mais de 5 mil municípios brasileiros, correspondente, portanto, a um mesmo número de disputas para o cargo de prefeito.

Decorrente dos motivos expostos emerge a relevância de se compreender a estrutura de utilização de coligações entre os partidos políticos no contexto brasileiro. A abordagem de Golder (2006) para compreender os motivos para que partidos se mobilizem em uma coligação é insuficiente para tratar o tema das interações entre partidos no contexto brasileiro. As regras eleitorais conduzem a um caminho quase obrigatório da adoção de alianças eleitorais para o sucesso de um partido neste contexto. Há, portanto, outra qualidade a ser avaliada mais profundamente: a composição de partidos que se coligam.

Gláucio Ary Dillon Soares (1964) indicava a possibilidade de compreender a racionalidade de uniões partidárias a partir de dois principais critérios. A princípio haveria o elemento já exposto até o momento: a busca por ganhos eleitorais, cunhada na ideia de “economia de esforços”. Contudo, a depender do contexto do eleitorado, calcado na distinção entre campo e cidade, haveria a possibilidade de que uma “resistência ideológica” ocorresse, inviabilizando a realização de alianças eleitorais entre partidos com posicionamentos distintos.

A ênfase do presente texto está em explorar mais detalhadamente as características desta “resistência ideológica” para a definição de quais parceiros os partidos brasileiros buscam para o momento das eleições. Colocado isso, é importante observar que boa parte da literatura brasileira tratou da ideologia a partir de uma classificação dos partidos entre esquerda e direita, às vezes assumidas em polos liberal-conservador. A retração do efeito ideológico para explicar o comportamento eleitoral dos partidos, dadas às mudanças históricas, levou à mobilização recente na literatura sobre o tema a considerar outros critérios para além do ideológico enquanto explicação para o comportamento partidário na definição de coligações. A classificação com base no posicionamento em relação à chefia dos cargos Executivos (Dantas, 2007; Machado, 2007) pode ser justificada enquanto um efeito que opera tal qual um atalho cognitivo derivado da interpretação de Anthony Downs (1957) sobre ideologia, porém tomando por polos de diferenciação o posicionamento em relação a um governo, seja de oposição ou apoio à chefia do Executivo do nível político em questão (Machado, 2012).

⁶ Considera-se por desafio ambiental a dimensão apontada por Angelo Panebianco (1982) como condição externa à organização do partido político, mas que pode alterar a prática política mobilizada pelo partido.

Eleições municipais e coligações: PT e PSDB

O sistema partidário brasileiro fomenta especializações entre os partidos políticos quanto à ênfase a um determinado cargo ou nível de disputa (Melo, 2010). Em particular o histórico de especialização nacional colocou à frente dos holofotes da disputa presidencial o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), pois desde as eleições de 1994 são exclusivamente candidatos destes partidos aqueles com efetivas chances de vitória da chefia do Executivo Federal.

Quanto ao nível estadual, é possível caracterizar ambos os partidos como adversários frequentes nas disputas pelo cargo de governador (Anastasia, Nunes e Meira, 2010, p. 256). Contudo, não será observado em todos os estados brasileiros o mesmo tipo de centralidade ocupada por esses partidos na esfera federal, sendo recorrente que PT e PSDB participem apoiando candidaturas de outras legendas em vez de apresentarem os protagonistas da disputa.

A constatação de uma posição adversarial entre PSDB e PT deve ser analisada com cuidado no nível municipal. Por um lado, seria possível caracterizar que entre PT e PSDB o que emerge na dinâmica de sua participação seria um antagonismo mais forte entre PT e PFL/DEM do que com os socialdemocratas (Miguel e Machado, 2010, p. 363-5). Para Anastasia, Nunes e Meira (2010), haveria uma dinâmica de aliança entre os dois partidos nos municípios de menor porte, em especial naqueles com menos de 200 mil eleitores, enquanto nas cidades de maior porte o padrão foi da participação de ambos os partidos como adversários. Sandes-Freitas e Almeida (2014) com a tese de que haveria uma “presidencialização da competição eleitoral”⁷ nos municípios brasileiros, contudo os autores constatam este padrão é evidente apenas entre os municípios de maior porte.

O objetivo deste texto é aprofundar o conhecimento sobre a relação de competição entre esses partidos a partir da leitura sobre o comportamento coligacionista dos mesmos. A comparação entre o comportamento de PSDB e PT pode ser profícua devido à possibilidade de controlar os efeitos de posicionamento destes partidos a partir do pertencimento dos mesmos à oposição ou à base do governo federal, respectivamente. Combina-se a esse controle a possibilidade de verificar o efeito na conformação de coligações com base na variação de apoio aos governos estaduais, inclusive permitindo observar a variação quanto ao fato de um dos partidos analisados controlar o governo estadual. Em estudos anteriores (Dantas, 2007; Machado, 2007) já foi observado o efeito reduzido que tanto ideologia quanto governismo em relação ao governo federal possuem para a compreensão da composição das coligações. Neste estudo inova-se devido à avaliação de mais um nível de posicionamento, por tratar do posicionamento dos partidos em relação ao governo estadual.

PT e PSDB nas eleições para o cargo de prefeito em 2012

⁷ É importante ressaltar que a ideia de “presidencialização da competição eleitoral” é trabalhada pelos autores através de um indicador em que são considerados sob influência da dinâmica presidencial quando PT se une a PSB ou PC do B – independente da participação de outros partidos, inclusive do próprio PSDB –, quando o PSDB se une ao DEM – também independente da participação de outros partidos, desta vez inclusive com participação do PT – e quando ambos os partidos são adversários políticos. A utilização de critérios tão abrangentes pode justificar os valores elevados encontrados pelos autores para o que se considera a reprodução da dinâmica de disputa PSDB – PT.

O PT concorre para o executivo municipal em 89,8% dos 5.568 municípios brasileiros, das quais 292 isoladamente, 3.224 em coligação apoiando candidatos de outros partidos e 1.487 apresentando candidato próprio, mas com o apoio de outros partidos. Já o PSDB participou de 85,3% das disputas por prefeitura, entre elas com candidato próprio sem apoio de outras legendas 81 vezes, apoiando outros partidos em 3.127 disputas e 1.540 candidaturas próprias aliado a outros partidos⁸.

A participação de PSDB e PT em uma mesma coligação é registrada em 1.096 municípios, no entanto detecta-se enorme variação entre os estados, como aprestado na tabela 1:

Tabela 1: Participações conjuntamente em coligação entre PSDB e PT, por UF.

UF	Colig. PT e PSDB		Colig. PSDB Cabeça		Colig. PT Cabeça		n. municípios	Part. Governador
AC	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	22	PT
AL	25	24,5%	6	5,9%	3	2,9%	102	PSDB
AM	8	12,9%	-	0,0%	1	1,6%	62	PSD
AP	4	25,0%	-	0,0%	1	6,3%	16	PSB
BA	74	17,7%	2	0,5%	28	6,7%	417	PT
CE	43	23,4%	1	0,5%	9	4,9%	184	PSB
ES	27	34,6%	5	6,4%	2	2,6%	78	PSB
GO	28	11,4%	2	0,8%	1	0,4%	246	PSDB
MA	67	30,9%	7	3,2%	9	4,1%	217	PMDB
MG	183	21,5%	51	6,0%	33	3,9%	853	PSDB
MS	34	43,0%	5	6,3%	10	12,7%	79	PMDB
MT	33	23,4%	3	2,1%	4	2,8%	141	PMDB
PA	12	8,3%	-	0,0%	-	0,0%	144	PSDB
PB	52	23,3%	14	6,3%	1	0,4%	223	PSB
PE	41	22,3%	7	3,8%	9	4,9%	184	PSB
PI	58	25,9%	5	2,2%	8	3,6%	224	PSB
PR	80	20,1%	15	3,8%	11	2,8%	399	PSDB

⁸ A estrutura completa da participação comparada entre PT e PSDB pode ser observada nos anexo 1 e 2.

RJ	28	30,4%	1	1,1%	5	5,4%	92	PMDB
RN	27	16,2%	-	0,0%	3	1,8%	167	DEM
RO	14	26,9%	1	1,9%	1	1,9%	52	PMDB
RR	3	20,0%	1	6,7%	-	0,0%	15	PSDB
RS	69	13,9%	1	0,2%	24	4,8%	497	PT
SC	76	25,8%	11	3,7%	17	5,8%	295	PSD
SE	15	20,0%	-	0,0%	4	5,3%	75	PT
SP	58	9,0%	12	1,9%	3	0,5%	645	PSDB
TO	37	26,6%	8	5,8%	5	3,6%	139	PSDB
TOTAL	1.096	19,7%	158	2,8%	192	3,4%	5.568	

Fonte: as autoras, a partir de dados do TSE

A ocorrência de um menor número de coligações está concentrada em estados de alto grau de disputa entre os dois partidos, sendo possível destacar AC, SP e PA neste sentido. Nestes três casos o governo estadual é controlado por PT ou PSDB, sendo possível adicionar a este rol de estados RS (comando por PT) e GO (comandado pelo PSDB). Os estados em que mais frequentemente observam-se aliançar entre ambos os partidos são aqueles onde o governo é controlado por políticos de outros partidos, em especial seria possível destacar RJ, MS, MA e ES.

Contudo praticamente todas as coligações entre os partidos ocorrem em localidades de baixa concentração eleitoral, conforme observado através da tabela 2:

Tabela 2: Participações em coligação entre PSDB e PT, por tamanho do eleitorado.

Eleitorado	Colig. PT e PSDB		Colig. PSDB Cabeça		Colig. PT Cabeça		n. municípios
< de 5 mil	326	20,1%	54	3,3%	54	3,3%	1.618
de 5 a 10 mil	307	20,7%	49	3,3%	49	3,3%	1.483
de 10 a 50 mil	424	20,8%	51	2,5%	79	3,9%	2.041
de 50 a 100 mil	26	10,8%	4	1,7%	7	2,9%	240
de 100 a 200 mil	10	9,7%	-	0,0%	3	2,9%	103
de 200 a 500 mil	3	5,1%	-	0,0%	-	0,0%	59
> 500 mil	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	24
Total	1.096	19,7%	158	2,8%	192	3,4%	5.568

Fonte: as autoras, a partir de dados do TSE

É importante destacar que em cidades com mais de 200 mil eleitores sequer são observadas coligações entre os dois partidos quando PSDB ou PT apresentam o candidato a prefeito. Dois efeitos começam a se destacar, portanto. O grau de acirramento da disputa entre PT e PSDB está ligado ao controle do governo estadual por um destes partidos. Ao mesmo tempo um ambiente político com maior número de eleitores não se traduz em um cenário propício à mobilização de aliança eleitoral entre ambos os partidos

Do ponto de vista da participação de PSDB e PT em lados opostos da disputa por prefeituras, observa-se esta situação num total de 3.188 vezes, mas é importante destacar que a disputa direta entre candidatos apresentados pelos dois partidos é bastante reduzida, ocorrendo em apenas 525 municípios. Novamente a variação estadual apresenta-se enquanto variável relevante para compreender esta dinâmica.

Tabela 3: Participações em oposição entre PSDB e PT, por UF.

UF	Disputa		Disputa PSDB Cabeça		Disputa PT Cabeça		Disputa Direta		n. municípios
AC	22	100,0%	15	68,2%	16	72,7%	11	50,0%	22
AL	50	49,0%	23	22,5%	12	11,8%	4	3,9%	102
AM	39	62,9%	8	12,9%	14	22,6%	2	3,2%	62
AP	10	62,5%	3	18,8%	6	37,5%	3	18,8%	16
BA	185	44,4%	18	4,3%	107	25,7%	13	3,1%	417
CE	100	54,3%	29	15,8%	40	21,7%	12	6,5%	184
ES	44	56,4%	8	10,3%	12	15,4%	3	3,8%	78
GO	172	69,9%	98	39,8%	44	17,9%	22	8,9%	246
MA	104	47,9%	12	5,5%	37	17,1%	7	3,2%	217
MG	494	57,9%	207	24,3%	236	27,7%	99	11,6%	853
MS	43	54,4%	18	22,8%	15	19,0%	4	5,1%	79
MT	73	51,8%	14	9,9%	21	14,9%	3	2,1%	141
PA	122	84,7%	69	47,9%	55	38,2%	27	18,8%	144
PB	118	52,9%	32	14,3%	25	11,2%	3	1,3%	223
PE	99	53,8%	38	20,7%	29	15,8%	10	5,4%	184
PI	93	41,5%	29	12,9%	23	10,3%	7	3,1%	224
PR	258	64,7%	130	32,6%	99	24,8%	53	13,3%	399
RJ	53	57,6%	9	9,8%	25	27,2%	4	4,3%	92
RN	50	29,9%	8	4,8%	13	7,8%	6	3,6%	167
RO	31	59,6%	9	17,3%	17	32,7%	4	7,7%	52
RR	12	80,0%	5	33,3%	5	33,3%	2	13,3%	15
RS	238	47,9%	57	11,5%	121	24,3%	32	6,4%	497
SC	178	60,3%	53	18,0%	72	24,4%	18	6,1%	295
SE	36	48,0%	7	9,3%	12	16,0%	1	1,3%	75
SP	480	74,4%	315	48,8%	243	37,7%	160	24,8%	645
TO	84	60,4%	44	31,7%	29	20,9%	15	10,8%	139
Total	3.188	57,3%	1.258	22,6%	1.328	23,9%	525	9,4%	5.568

Fonte: as autoras, a partir dos dados do TSE

Retornam a aparecer AC, PA e SP como situações onde PSDB e PT encontram-se em lados opostos da disputa, a tal ponto que o conflito direto entre candidatos destes partidos é mais recorrente nos referidos estados além do AP. Ao mesmo tempo será na BA e em GO que PT e PSDB obterão, respectivamente, a maior vantagem em apresentação de cabeças-de-chapa quando em disputa um com o outro dentro dos estados. Na BA 26% das competições por prefeito apresentam um candidato do PT contra um candidato do PSDB ou apoiado pelo mesmo, sendo que apenas 4% dos casos observam cenário oposto, com cabeça-de-chapa do PSDB nesse estado. Em GO a diferença a favor das candidaturas pesedebistas é de 22 pontos percentuais em comparação com as vezes onde se mobiliza candidatura própria do PT.

Isso permite considerar que a dimensão da disputa entre PSDB e PT deve ser considerada tendo em vista a condição estadual da estrutura do jogo político-partidário. São poucos os estados em que a rivalidade entre os dois partidos é central para o processo político local.

Complementando esta informação e confirmando o que fora tratado na tabela 2, a verificação da disputa política entre PT e PSDB com base no tamanho do eleitorado, como tratado na tabela 4 a seguir, confirma a ideia de que esta variável evidencia um contexto político de maior constrangimento quanto à ação mobilizada por ambos os partidos.

Tabela 4: Participações em oposição entre PSDB e PT, por tamanho do eleitorado.

Eleitorado	Disputa		Disputa PSDB Cabeça		Disputa PT Cabeça		Disputa Direta		n. municípios
< de 5 mil	739	45,7%	318	19,7%	242	15,0%	99	6,1%	1618
de 5 a 10 mil	790	53,3%	294	19,8%	273	18,4%	98	6,6%	1483
de 10 a 50 mil	1290	63,2%	481	23,6%	582	28,5%	212	10,4%	2041
de 50 a 100 mil	203	84,6%	85	35,4%	113	47,1%	51	21,3%	240
de 100 a 200 mil	87	84,5%	38	36,9%	55	53,4%	28	27,2%	103
de 200 a 500 mil	55	93,2%	28	47,5%	46	78,0%	26	44,1%	59
> 500 mil	24	100,0%	14	58,3%	17	70,8%	11	45,8%	24
Total	3188	57,3%	1258	22,6%	1328	23,9%	525	9,4%	5568

Fonte: as autoras, a partir dos dados do TSE.

Em meio às grandes metrópoles sempre há a polarização entre PT e PSDB, a despeito de estarem disputando como cabeças-de-chapa. Ainda neste sentido, fica evidente que a concorrência direta entre candidatos de PSDB e PT são preponderantes, relativamente, em meio aos municípios de maior porte.

Os sentidos das coligações: ideologia e governismo

Para a avaliação da composição de coligações foram utilizadas três dimensões distintas⁹. A caracterização da coligação a partir da dimensão ideológica foi trabalhada através do Índice de Viés Ideológico (IVI), no qual valores negativos representam maior quantidade de partidos de esquerda, enquanto valores positivos indicam maior quantidade de partidos de direita. Para o tratamento das outras duas dimensões foram trabalhadas uma mesma perspectiva, porém com variação decorrente do nível de disputa. O posicionamento frente ao governo federal foi tratado a partir do Índice de Governismo Federal (IGF), enquanto a composição da coligação tendo em vista a relação dos partidos com o governo estadual é dada através do Índice de Governismo Estadual (IGE). No caso dos indicadores de governismo os valores negativos indicam maior concentração de partidos de oposição na coligação, restando os valores positivos a indicação de haver uma maior concentração de partidos da base do governo.

Os valores destes indicadores foram calculados para cada coligação mobilizada por PT e PSDB, cabendo um valor distinto, portanto, em cada município no qual estes partidos disputaram o cargo de prefeito em meio a uma coligação.

Se considerarmos a média nacional dos valores do IVI e do IGF, não haveria diferença significativa entre a composição das coligações de ambos os partidos, pois agregando os valores de todas as participações dos partidos em coligações teríamos um IVI de 0,18 para PSDB e 0,12 para o PT, enquanto um IGF de 0,44 para o PSDB e 0,47 para o PT¹⁰. Neste grau de agregação seria possível afirmar que não haveria diferença na prática de alinhar parcerias eleitorais entre os dois partidos. Mas é na observação da variação estadual dos indicadores que se torna perceptível as diferenças de ênfase de ambos os partidos na sua construção de coligações, como apresentado na tabela 5, a seguir. Em termos ideológicos é possível constatar que o PT apresenta valor do IVI com indicação de maior concentração de partidos de esquerda em alguns estados (AC, AP, RN e RS) enquanto o mesmo não ocorre com o PSDB.

Antes de tratar dos dados é importante assinalar a clara contraposição entre os dois partidos quanto ao posicionamento frente ao governo estadual em praticamente todos os estados brasileiros. Apenas em RO, onde o governo é controlado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), nota-se o posicionamento de tucanos e petistas no mesmo lado da disputa política, no caso em apoio ao governador. Nos casos de AP, ES, MS e PB um dos partidos encontra-se em neutralidade ao governo e o outro se posiciona como oposição ou situação.

Tabela 5: média do IVI, IGF e IGE de PT e PSDB, com indicação de posicionamento frente ao governo estadual e partido do governador, por UF

UF	IVI PSDB	IGF PSDB	IGE PSDB	Pos. Gov. PSDB	Partido governador	Pos. Gov. PT	IVI PT	IGF PT	IGE PT
AC	0,36	0,30	-0,45	-1	PT	1	-0,35	0,66	0,62
AL	0,25	0,44	0,17	1	PSDB	-1	0,12	0,29	0,28
AM	0,17	0,41	-0,07	-1	PSD	1	0,24	0,41	-0,44
AP	0,43	0,55	-0,40	0	PSB	1	-0,17	0,39	-0,26
BA	0,21	0,50	-0,14	-1	PT	1	0,07	0,56	0,06

⁹ A descrição detalhada sobre os índices utilizados para abordar as dimensões encontra-se em anexo ao final do texto.

¹⁰ Não é razoável considerar a média do IGE nacionalmente, pois não há uma referência geral para este valor, pois trata da conjuntura política de cada estado.

CE	0,12	0,40	0,13	-1	PSB	1	0,04	0,49	0,14
ES	0,14	0,42	0,34	0	PSB	1	0,14	0,38	0,31
GO	0,36	0,37	0,10	1	PSDB	-1	0,17	0,59	-0,12
MA	0,04	0,44	0,01	-1	PMDB	1	0,15	0,38	-0,08
MG	0,19	0,43	0,36	1	PSDB	-1	0,17	0,38	0,47
MS	0,26	0,46	0,33	0	PMDB	-1	0,20	0,39	0,36
MT	0,07	0,48	0,36	-1	PMDB	1	0,14	0,44	0,35
PA	0,20	0,28	0,20	1	PSDB	-1	0,15	0,50	0,12
PB	0,16	0,36	0,03	1	PSB	0	0,16	0,47	-0,21
PE	0,22	0,50	-0,02	-1	PSB	-1	0,19	0,48	0,07
PI	0,03	0,51	0,58	-1	PSB	1	0,12	0,52	0,48
PR	0,24	0,39	0,22	1	PSDB	-1	0,16	0,44	0,19
RJ	0,24	0,41	0,40	-1	PMDB	1	0,06	0,37	0,44
RN	0,09	0,35	0,07	1	DEM	-1	-0,03	0,42	0,09
RO	0,23	0,39	0,11	1	PMDB	1	0,17	0,35	0,16
RR	0,08	0,19	-0,24	1	PSDB	-1	0,15	0,36	-0,36
RS	0,11	0,67	-0,04	-1	PT	1	-0,04	0,71	-0,06
SC	0,13	0,52	0,49	1	PSD	-1	0,16	0,42	0,59
SE	0,29	0,37	-0,01	-1	PT	1	0,03	0,47	0,18
SP	0,19	0,37	0,54	1	PSDB	-1	0,17	0,49	0,52
TO	0,18	0,37	0,14	1	PSDB	-1	0,09	0,34	0,15
Média	0,18	0,44	0,23				0,12	0,47	0,22

Fonte: as autoras, a partir de dados do TSE

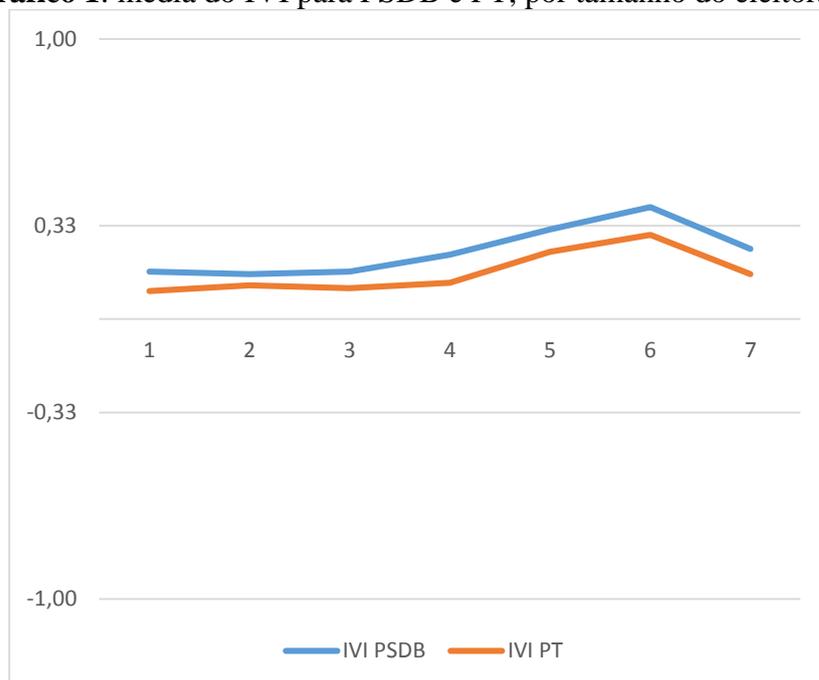
O cenário mais emblemático das posições antagônicas entre PSDB e PT é observado no Acre (AC), onde se percebe uma clara polarização em termos ideológicos (IVI do PT de -,35 e PSDB ,36) e principalmente no posicionamento frente ao governo estadual (IGF do PSDB de -,45 e PT ,62). Neste caso é possível considerar que a organização das eleições municipais no estado foi fortemente marcada por uma estrutura de posicionamento partidário com componentes ideológicos e pragmáticos.

Outro caso de destaque, mas com outro sentido, é observado no Amapá (AP). Apesar de nenhum dos partidos se posicionar contra o governo de Camilo Capiberibe (PSB), tanto PSDB quanto PT buscam alianças mais recorrentemente com partidos classificados como oposição ao governador (IGE do PSDB de -,40 e IGE do PT de -,26). Mas há uma divergência clara em relação ao componente ideológico de seus respectivos aliados, pois no caso das alianças pesedebistas o IVI médio apresenta valor de 0,43, enquanto nas participações petistas registra-se valor de -0,17. É importante assinalar o elevado grau de disputa direta entre os dois partidos neste estado, como havia sido constatado através da tabela 3.

Um dado geral que deve ser salientado se refere a um elemento que aparentemente poderia ser entendido como uma contradição. Em vários estados é possível perceber um valor do IGF mais elevado para o PSDB do que para o PT (AL, AP, BA, ES, MA, MG, MS, MT, PE, RJ, RO, SC, TO). Algo parecido pode ser observado em relação ao posicionamento quanto ao governismo estadual. Isso reflete a estrutura de possibilidades de aliados desigualmente distribuída no ambiente municipal.

Ao se considerar o efeito do tamanho do município sobre a formação de alianças mais recorrentemente com partidos de esquerda ou de direita já não é possível captar uma diferença significativa entre os partidos para as eleições de 2012. O gráfico 1¹¹, a seguir, indica que apesar de haver uma variação quanto à posição entre os dois partidos, de forma que PT geralmente busca mais aliados à esquerda e PSDB mais à direita, mesmo esta diferença é bastante fraca. O que chama atenção é a curva para ambos os partidos, de forma que o aumento do eleitorado implica aumento na mobilização de parcerias com um número maior de partidos de direita, mas que mesmo no caso das metrópoles (valor 7), onde há uma redução do valor do IVI, esta ocorre para ambos os partidos. No caso do PT isso apresenta uma alteração em relação ao que se observou em estudos anteriores (Miguel e Machado, 2010), onde havia uma tendência de redução do IVI ao se passar das cidades de menor porte para aquelas de maior porte.

Gráfico 1: média do IVI para PSDB e PT, por tamanho do eleitorado.



Fonte: as autoras, a partir de dados do TSE

Por sua vez, a variação quanto ao governismo federal possibilita perceber onde o mesmo pode ser tido como um elemento relevante para a percepção de comportamentos políticos distintos.

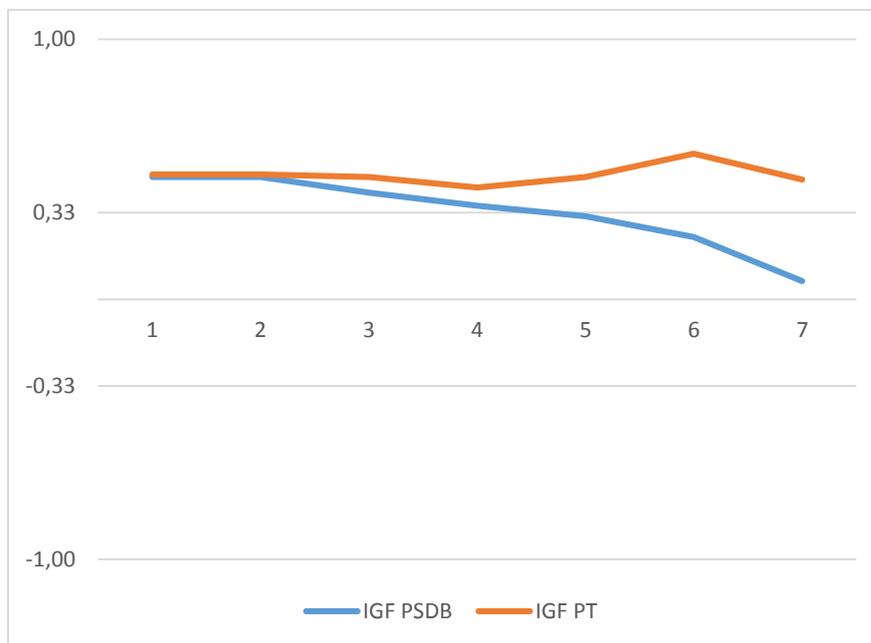
Apesar de o PT manter uma quase estabilidade no padrão da composição de suas coligações favorecendo partido da base do governo Dilma, o PSDB apresenta uma variação negativa do governismo federal em relação ao tamanho do eleitorado, culminando no valor de 0,07 nas metrópoles, valor bem abaixo da média geral do IGF do PSDB, com valor de 0,44.

Não obstante deve-se notar que a média apresentada por PSDB ainda evidencia a busca de aliados pertencentes à base do governo federal liderado pelo PT. Não é de se

¹¹ As categorias sobre o tamanho do eleitorado foram colocadas em forma numérica para facilitar a visualização dos dados. Segue a classificação: 1 – menos de 5 mil eleitores; 2 – de 5 a 10 mil eleitores; 3 – de 10 a 50 mil eleitores; 4 – de 50 a 100 mil eleitores; 5 – de 100 a 200 mil eleitores; 6 – de 200 a 500 mil eleitores; 7 – mais de 500 mil eleitores.

estranhar que isso ocorra tendo em vista o tamanho da coalizão de governo mobilizado pelo PT desde que chegou à presidência em 2002. Ou seja, antigos e tradicionais parceiros políticos do PSDB em determinados municípios pertencem a partidos que aderiram às bases do governo petista, o que auxilia a explicar o “governismo” pesdebista.

Gráfico 2: média do IGF para PSDB e PT, por tamanho do eleitorado.



Fonte: as autoras, a partir de dados do TSE

Isso apenas reforça a relevância do governismo federal, mas como se permite verificar o efeito com base no gráfico 2, o efeito do governismo federal é mais plausível de ser observado em meio às grandes cidades, onde a dinâmica nacional consegue plasmar uma certa continuidade com a dinâmica municipal.

Para possibilitar a comparação entre o tamanho do eleitorado e o governismo estadual é necessário diferenciar o posicionamento partidário entre “situação”, “oposição” e “neutralidade”.

Gráfico 3: média do IGE para as coligações do PSDB, por posicionamento em relação ao governo estadual e por tamanho do eleitorado.

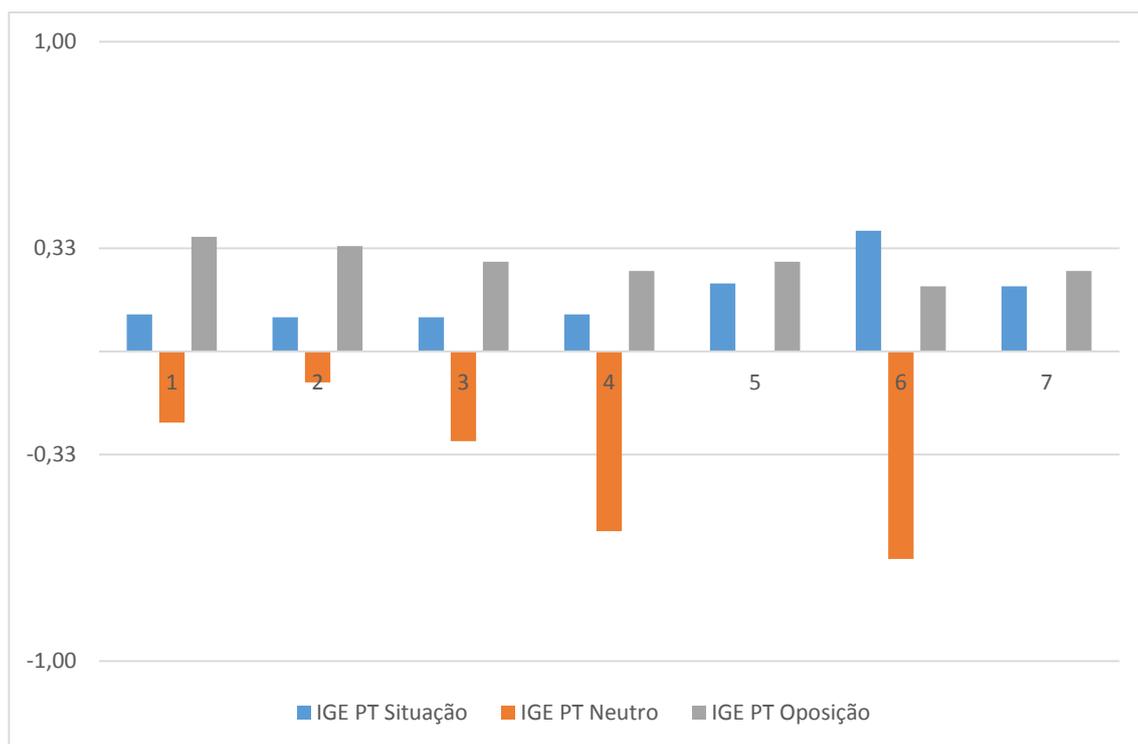


Fonte: as autoras, a partir de dados do TSE

No caso do PSDB é possível perceber, a partir do gráfico 4, uma coerência em relação ao esperado com o aumento do tamanho do eleitorado. Quando o partido se posiciona a favor de um governo o aumento do IGE ocorre com o aumento do eleitorado. Ao mesmo tempo, quando o posicionamento apresentado é de oposição, o aumento do número de eleitores também implica na busca de aliança em conjunto com um número maior de partidos de oposição.

O PT, por sua vez analisado com base no gráfico 4, abaixo, não apresenta um padrão claro quanto ao efeito do tamanho do eleitorado em relação à composição de coligações com apoiadores de situação ou oposição.

Gráfico 4: média do IGE para as coligações do PT, por posicionamento em relação ao governo estadual e por tamanho do eleitorado.



Fonte: as autoras, a partir de dados do TSE

Deve-se destacar que apenas no caso da Paraíba (PB) o partido foi classificado como neutro em relação ao governo estadual, no caso Ricardo Coutinho (PSB). No entanto, os valores observados, com forte ênfase em buscar partidos de oposição ao governo estadual sinaliza que esta classificação deveria ser revisada. A informação obtida veio diretamente do diretório estadual do PT, podendo ser compreendida como uma resposta meramente formal, mas sem capacidade de expor a real relação do partido com o governo estadual. Existem notas lançadas pelo diretório estadual do PSB que indicam este cenário como algo plausível¹².

Conclusão

PSDB e PT interagem de forma bastante distinta a depender do contexto em que estão inseridos. Quando se trata de eleições de grande porte, onde há mais de 200 mil eleitores, caracterizam-se como adversários, especialmente ao se observar o elevado número em que competem diretamente. Para além da consideração do tamanho do município, alguns estados podem ser caracterizados como tendo uma maior intensidade desta competição, sendo que o Acre é um caso em grande destaque, mas também se pode destacar São Paulo, Amapá e Pará. Não obstante, em meio aos municípios de menor porte é bastante recorrente a atuação como aliados na disputa por prefeituras.

A combinação destes dois fatores aponta para a inexistência de uma dinâmica nacionalizada nas disputas municipais brasileiras. O padrão das disputas presidenciais não se reflete diretamente no nível local. Porém não se pode ignorar que para não afirmar categoricamente que nas eleições municipais apenas explicações sobre a dinâmica local são relevantes, em alguns casos o nível estadual joga luz sobre a dinâmica de interação

¹² Por exemplo: http://democraticoepopular.blogspot.com/2012/03/2012-mentira-e-falsa-razao-no-pt-de_6782.html

entre os dois partidos, particularmente quando o governador do estado pertence a PT ou PSDB, quando o governador pertence a outro partido há um aumento no número de alianças entre os dois partidos. Mas deve-se ressaltar que isso ocorre apenas entre os municípios de menor porte, sendo inexistente a aliança entre PSDB e PT praticamente inexistente a coligação entre ambos em municípios com mais de 200 mil eleitores.

Para a compreensão sobre o padrão ideológico ou de governismo, não se pode considerar que um único fator seja capaz de explicar as coligações mobilizadas por PSDB ou PT. Em alguns estados é possível identificar padrões mais fortes de que o posicionamento frente ao governo estadual afeta a definição sobre quais partidos participarão das coligações promovidas por PSDB ou PT. Não se pode afirmar, portanto, que as estratégias de PSDB e PT no nível estadual diverjam de forma indiscutível. O caso do Acre é exemplar para compreender esta dinâmica, dada o claro posicionamento antagônico apresentado entre aqueles partidos.

No entanto, ao se avaliar a composição das coligações a partir da variação do eleitorado é possível constatar com maior clareza um padrão de alteração do comportamento eleitoral petista, como se observa através da tabela a seguir:

Tabela x: IVI das coligações do PT, por tamanho do eleitorado (2000 a 2012)

Eleitorado	2000	2004	2008	2012
< de 5 mil	-0,10	0,10	0,12	0,10
de 5 a 10 mil	-0,19	0,03	0,08	0,12
de 10 a 50 mil	-0,31	-0,10	0,05	0,11
de 50 a 100 mil	-0,61	-0,36	0,00	0,13
de 100 a 500 mil	-0,75	-0,28	0,06	0,26
> 500 mil	-0,81	-0,20	-0,03	0,16

Fonte: as autoras, a partir dos dados do TSE; Miguel e Machado (2010)

Se desde 2004 é comum observar alianças petistas com uma concentração maior de partidos de direita do que de esquerda nos municípios de menor porte, este padrão torna-se mais evidente com as eleições de 2012, a tal ponto que sequer em meio às metrópoles se observa um valor que indique uma maior concentração de partidos de esquerda entre seus aliados eleitorais.

As coligações petistas assumem em 2012 um padrão mais errático do que aquele observado em outras eleições, enquanto o PSDB apresenta uma regularidade no que se refere a apresentação de aliados políticos condizentes com seus posicionamentos ideológicos ou governistas quando observamos a variação em termo do tamanho dos municípios.

De certa forma os dados apontam a existência de duas formas de pensar a racionalidade partidária na dinâmica municipal brasileira. A conjuntura política local, tal como abordada por Lima Jr. (1983), mantém como um componente crucial para a compreensão dos acordos políticos nos municípios de pequeno porte, mas neste estudo não foram avançadas explicações mais detalhadas sobre quais seria estes efeitos. A história dos grupos locais pode dizer muito mais respeito à compreensão destes acordos, não nos termos na rememoração de uma dinâmica tal qual observada no período coronelista, mas a partir de novos significados e práticas políticas, as quais não necessitam de um referencial nacional para serem operacionalizadas ou compreendidas pelo

eleitorado local. Talvez esta seja uma fonte inestimável de conhecimento acerca das práticas políticas locais, em especial no sentido de desmistificar a tese de uma “irracionalidade” política em meio às cidades de menor porte. As indicações de irracionalidade do comportamento do eleitorado nestes contextos podem dizer respeito a uma tentativa equivocada da literatura especializada que trata de comportamento eleitoral no Brasil de plasmar sobre a dinâmica municipal os critérios e as referências políticas nacionais, que talvez não façam sentido para compreender as dinâmicas e os dilemas de cada município.

Não se coloca, entretanto, a inexistência de efeito dessas referências mais amplas: ideologia e governismo nos níveis federal e estadual, mas estes efeitos são mais perceptíveis nos ambientes de maior centralidade política. No entanto pouco se adiantou para precisar a direção deste efeito, ou seja, não se pode afirmar categoricamente que a dinâmica observada nas grandes cidades brasileiras seja fruto do simples direcionamento do comportamento partidário por parte das lideranças nacionais. Um caminho de interpretação interessante deve considerar também que a própria dinâmica nacional na realidade é fruto da combinação de experiências políticas decorrentes em grande medida destes espaços mais centrais para a atividade social, econômica e política no Brasil.

Bibliografia

BARDI, Luciano; MAIR, Peter. “Os parâmetros dos sistemas partidários”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, 2010, p. 227-253.

CARREIRÃO, Yan de Souza. “Diferenças ideológicas entre partidos: um estudo sobre os partidos catarinenses”. *29º Encontro anual da ANPOCS*, Caxambu, 2005.

_____. “Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina”. *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, 2006, p. 136-163.

_____. “Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006”. *Opinião Pública*, vol. 13, n. 2, 2007, p. 301-339.

DANTAS, Humberto. *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica no alinhamento dos partidos políticos brasileiros em 2000 e 2004*. São Paulo: USP, 2007. [tese de doutorado].

DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York: Harper, 1957.

GOLDER, Sona Nadenichek. *The logic of pre-electoral coalition formation*. Columbus: Ohio State University Press, 2006.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Pedro Paulo. “Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 41-97.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MACHADO, Carlos. *Identidades diluídas: coligações para prefeito no Brasil. (2000 e 2004)*. Brasília: UnB, 2007. [Dissertação de mestrado].

_____. *Condicionantes das coligações para o cargo de prefeito no Brasil (2000 a 2008)*. Belo Horizonte: UFMG, 2012. [Tese de doutorado].

_____; MIGUEL, Luis Felipe. “Variações das coligações para prefeito no Brasil (2000 a 2008)”. *33º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2009.

_____; MIGUEL, Luis Felipe; TOTTI, Maiara Zaupa. “Coligações e prefeituras nas eleições de 2012: ideologia, governo federal e estadual”. *38º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2014.

MANIN, Bernard. *Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MELO, Carlos Ranulfo. “Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, 2010, p.13-41.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. “Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004)”. *Dados*, v. 50, n. 4, 2007, p. 757 – 793.

_____; MACHADO, Carlos. “De partido de esquerda a partido de governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008)”. In: KRAUSE, Silvana;

DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

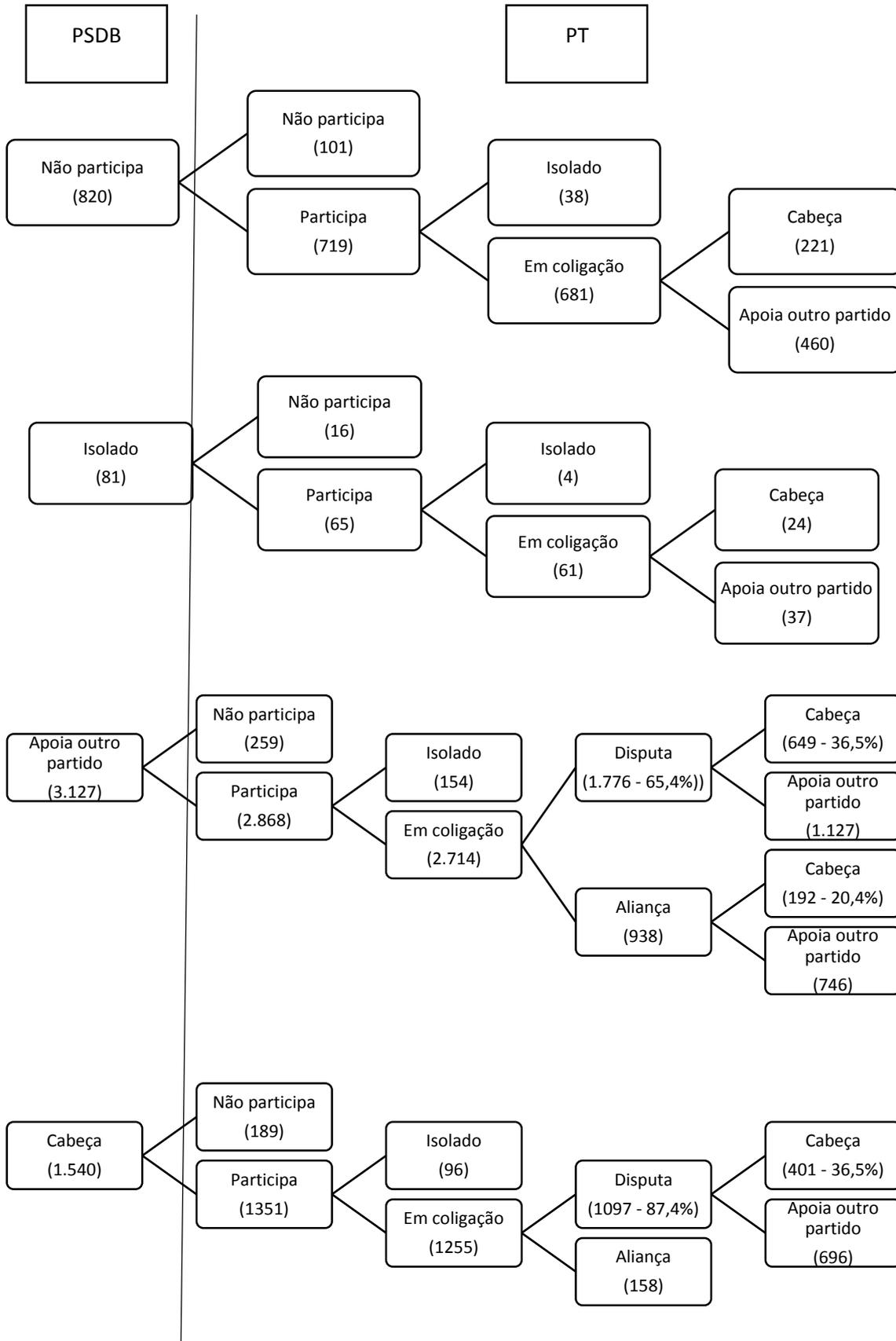
PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1982].

SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras de; ALMEIDA, Maria Vitória de. “As coligações para prefeito nas eleições de 2012 e a presidencialização da competição eleitoral nos municípios”. In: ROCHA, Marta Mendes da; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014, p. 109-137.

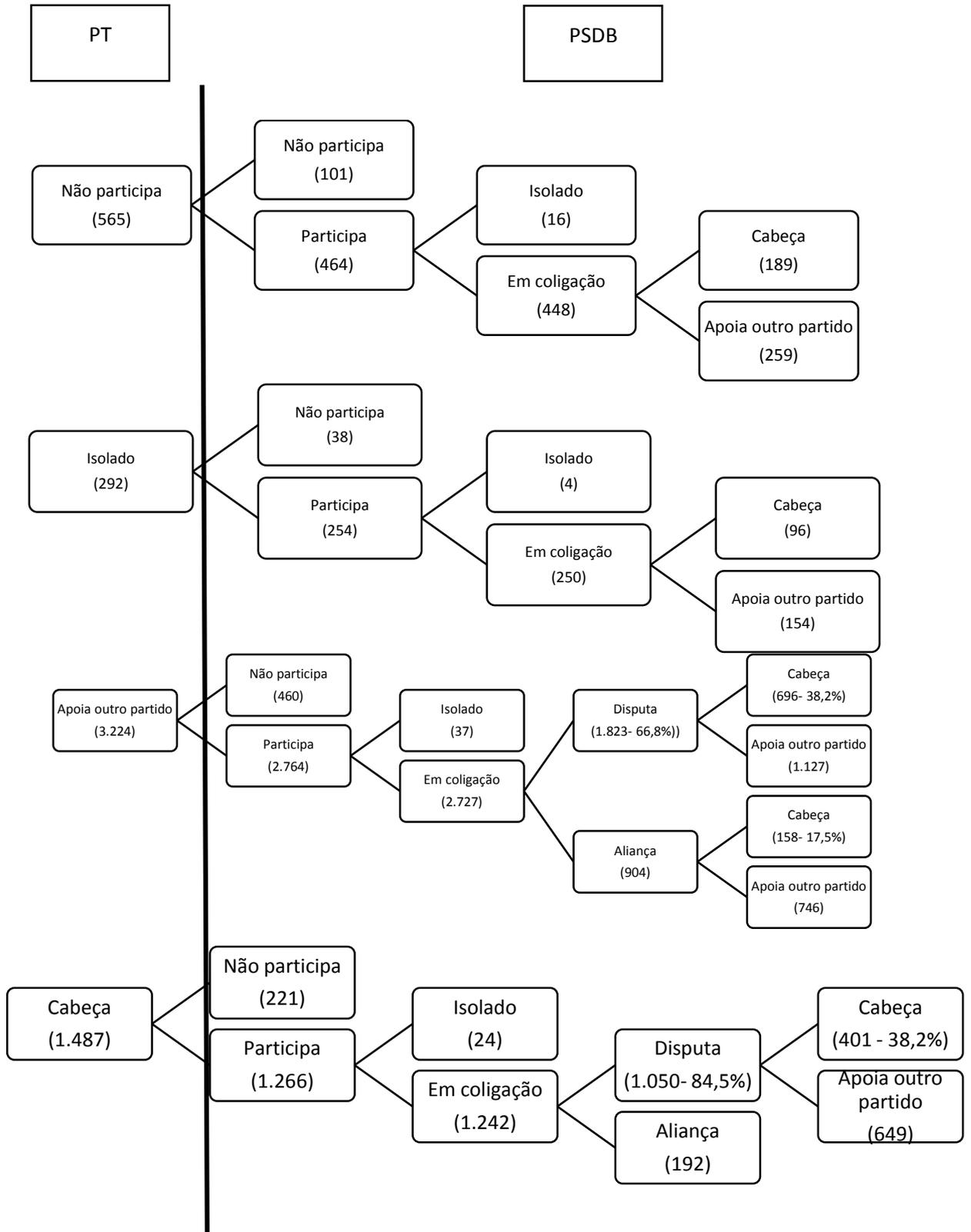
SOARES, Gláucio Dillon. “Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria”. *Revista brasileira de estudos políticos*, n. 17, 1964, p. 95-124.

TILLMAN, Erik R. “Pre-electoral coalitions and voter turnout”. *Party Politics*, 2013.
Online: <http://ppq.sagepub.com/content/early/2014/10/20/1354068813499868.abstract>.
Visualização em 13/4/2014.

Anexo 1 – Estrutura de competição do PSDB para cargo de prefeito (2012).



Anexo 2 – Estrutura de competição do PSDB para cargo de prefeito (2012).



Anexo 3 – Formulação dos indicadores - texto retirado de Machado, Miguel e Totti (2014, p. 6-8)¹³.

O índice de viés ideológico (IVI) de cada coligação eleitoral é estipulado em uma escala de -1 a 1, na qual o valor -1 corresponde à maior concentração de partidos de esquerda e o valor 1 uma maior concentração de partidos de direita. Considerando que a ideologia, a partir dos critérios do presente estudo, não é uma definição de uma agenda política específica, mas sim um posicionamento político, o valor “central” da escala não indica uma tendência “centrista” da coligação, mas a não existência de uma concentração de partidos de esquerda ou de direita na coligação avaliada, ou não polarização dos parceiros. A mesma lógica serve para a avaliação do governismo. A obtenção do resultado para cada partido é dada pela soma do valor correspondente a cada partido ideologicamente, dividido pelo total de partidos coligados, ou seja:

$$IVI = \frac{(-1.n_e) + (1.n_d)}{n};$$

onde:

n_e = número de partidos de esquerda, exceto o partido analisado

n_d = número de partidos de direita, exceto o partido analisado

n = número total de partidos na coligação, exceto o partido analisado

Por exemplo, se um partido de centro se coliga com dois partidos de direita, três de esquerda e um de centro, o valor ideológico da referida coligação será 0,16.

$$IVI = \frac{(3 \cdot -1) + (2 \cdot 1)}{6} = 0,16$$

O segundo índice – índice de governismo federal¹⁴ (IGF) – segue o mesmo cálculo, porém varia em relação ao IVI quanto ao critério de classificação dos partidos. Para o índice de governismo federal foi obtido junto à assessoria parlamentar de cada partido na Câmara dos Deputados seu posicionamento frente ao governo Dilma em 2012.

Como já foi abordado, o índice de apoio ao governo federal, se baseia na escala de -1 a 1, onde 1 representa suporte ao governo em questão e -1 oposição. A obtenção do resultado para cada partido é dada pela soma dos valores atribuídos a cada partido, dividido pelo total de partidos coligados, ou seja:

$$IGF = \frac{(-1.n_o) + (1.n_s)}{n};$$

onde:

n_o = número de partidos de oposição, exceto o partido analisado

n_s = número de partidos de situação, exceto o partido analisado

n = número total de partidos na coligação, exceto o partido analisado

¹³ Para uma discussão mais detalhada ver Machado, 2012, p. 103-11.

¹⁴ Este índice foi desenvolvido nos trabalhos de Machado (2007) e Miguel e Machado (2008).

Assim sendo, a mesma coligação do exemplo anterior é composta, no âmbito federal, por cinco partidos de situação, nenhum de oposição e um neutro, terá um índice de apoio ao governo federal de 0,83.

$$IGF = \frac{(1 \times 0) + (1 \times 5)}{6} = 0,83$$

Por fim, para o cálculo do Índice de Governismo Estadual utiliza-se o mesmo procedimento acima indicado para o IGF, mas tomando por referência a posição dos partidos em relação ao governo estadual. Neste caso foi realizada uma pesquisa junto às assessorias legislativas dos partidos políticos nas Assembleias Legislativas, além de consultas a alguns políticos individualmente caso o primeiro contato não fosse bem-sucedido, para obter o posicionamento de cada partido em todos os estados.